

ADVOGADO

ADVO

INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
 - Um **caderno de questões** contendo 70 (setenta) questões objetivas de múltipla escolha e 03 (três) questões discursivas;
 - Um **cartão de respostas** personalizado para a Prova Objetiva;
 - Um **caderno de respostas** personalizado para a Prova Discursiva.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome e código do perfil profissional informado nesta capa de prova corresponde ao nome e código do perfil profissional informado em seu cartão de respostas.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **caderno de questões** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer a Prova Objetiva e a Prova Discursiva. Faça-as com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do **cartão de respostas** e o desenvolvimento das respostas da Prova Discursiva.
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no **cartão de respostas** ou no **caderno de respostas**.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2007 – Item 9.9 alínea a).
- Somente após decorrida uma hora do início das provas, o candidato poderá entregar o seu **caderno de questões** e o seu **cartão de respostas** e seu **caderno de respostas** e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2007 – Item 9.9 alínea c).
- Somente será permitido levar o seu **caderno de questões** faltando 20 (vinte) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova, desde que permaneça em sala até este momento (Edital 01/2007 – Item 9.9 alínea d).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o **cartão de respostas** da Prova Objetiva devidamente **assinado** e o **caderno de respostas** devidamente desidentificado.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O **cartão de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



INSTRUÇÕES - PROVA DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **caderno de respostas**. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Efetue a desidentificação do **caderno de respostas** destacando a parte onde estão contidos os seus dados.
- Somente será objeto de correção da Prova Discursiva o que estiver contido na **área reservada para a resposta**.
- O **caderno de respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, manchado, rasgado ou conter qualquer forma de **identificação do candidato**.
- **Use somente** caneta esferográfica azul ou preta.

CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito - Prova Objetiva (PO)	24/09/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Interposição de recursos contra o gabarito (RG) da PO	25 e 26/09/2007	www.nce.ufrj.br/concursos fax: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado final das PO	10/10/2007	www.nce.ufrj.br/concursos
Demais atividades consultar Manual do Candidato ou pelo endereço eletrônico www.nce.ufrj.br/concursos		

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – COM QUE CORPO EU VOU?

Maria Rita Kehl, *Folha de São Paulo*, 30/06/2002

O cuidado de si volta-se para a produção da aparência, segundo a crença já muito difundida de que a qualidade do invólucro muscular, a textura da pele e a cor dos cabelos revelam o grau de sucesso de seus “proprietários”. Numa praia carioca, escreve Stéphane Malysse, as pessoas parecem “cobertas por um sobrecorpo, como uma vestimenta muscular usada sob a pele fina e esticada...”

São corpos em permanente produtividade, que trabalham a forma física ao mesmo tempo em que exibem os resultados entre os passantes. São corpos-mensagem, que falam pelos sujeitos. O rapaz “sarado”, a loira siliconada, a perna musculosa ostentam seus corpos como se fossem aqueles cartazes que os homens sanduíches carregam nas ruas do centro da cidade. “Compra-se ouro”. “Vendem-se cartões telefônicos”. “Belo espécime humano em exposição”.

A cultura do corpo não é a cultura da saúde, como quer parecer... É a produção de um sistema fechado, tóxico, claustrofóbico. Nesse caldo de cultura insalubre, desenvolvem-se os sistemas sociais da drogadição (incluindo o abuso de hormônios e anabolizantes), da violência e da depressão. Sinais claros de que a vida, fechada diante do espelho, fica perigosamente vazia e sem sentido.

01 – Pode-se dizer sobre o título dado ao texto que:

- (A) representa um protesto contra a cultura inútil do corpo;
- (B) numa alusão intertextual, faz a correspondência entre corpo e roupa;
- (C) indica uma posição moderna de ultravalorização do corpo;
- (D) mostra a futilidade de parte da sociedade moderna;
- (E) demonstra que o corpo passa a valer mais do que as qualidades morais.

02 – O texto, em muitas passagens, “coisifica” o ser humano, inclusive pela linguagem empregada. A palavra ou expressão do primeiro parágrafo que NÃO colabora para essa “coisificação” humana é:

- (A) aparência;
- (B) invólucro muscular;
- (C) seus “proprietários”;
- (D) sobrecorpo;
- (E) vestimenta muscular.

03 – A alternativa em que a expressão sublinhada NÃO foi substituída de forma adequada por um termo equivalente é:

- (A) a textura da pele = dérmica;
- (B) cor dos cabelos = capilar;
- (C) caldo de cultura = culto;
- (D) centro da cidade = urbano;
- (E) a cultura do corpo = corporal.

04 – A alternativa em que os termos ligados pela conjunção E são termos equivalentes semanticamente é:

- (A) “a textura da pele e a cor dos cabelos”;
- (B) “sob a pele fina e esticada”;
- (C) “abuso de hormônios e anabolizantes”;
- (D) “da violência e da depressão”;
- (E) fica perigosamente vazia e sem sentido”.

05 – Muitos termos do texto aparecem entre aspas; assinale a correspondência correta entre emprego das aspas e a justificativa do seu emprego, segundo informações de gramáticas de língua portuguesa:

- (A) as aspas abrem e fecham citações: “sarados”;
- (B) as aspas indicam que as palavras estão tomadas materialmente, sem função na frase: “proprietários”;
- (C) as aspas marcam palavras de outro texto, transferidas para o texto presente: “Compra-se ouro”;
- (D) as aspas assinalam a presença de uma palavra fora de seu sentido habitual: “Belo espécime humano em exposição”;
- (E) as aspas mostram um termo de linguagem coloquial: “Vendem-se cartões telefônicos”.

06 – “as pessoas parecem cobertas por um sobrecorpo, como uma vestimenta muscular usada sob a pele fina e esticada...”; o que se destaca como característica principal das pessoas citadas nesse segmento do texto é:

- (A) personalidade exibicionista;
- (B) beleza física;
- (C) preocupação com a saúde;
- (D) temperamento detalhista;
- (E) elegância discreta.

07 – “Compra-se ouro” / “Vendem-se cartões telefônicos”; nesses dois cartazes, o autor do texto mostra cuidado com a norma culta da língua. O cartaz abaixo em que esse mesmo cuidado NÃO se verifica é:

- (A) Alugam-se quartos para rapazes solteiros;
- (B) Precisam-se de ajudantes para serviços domésticos;
- (C) Contratam-se serventes de pedreiros;
- (D) Consertam-se roupas;
- (E) Emprestam-se livros para estudantes pobres.

08 – A loira siliconada, citada no texto, serve de exemplo de:

- (A) corpos em permanente produtividade;
- (B) cultura da saúde;
- (C) sintoma social da drogadição;
- (D) violência e depressão;
- (E) despreocupação com a aparência.

09 – Vocábulos que NÃO são acentuados em razão da mesma regra ortográfica são:

- (A) aparência / proprietários;
- (B) já / é;
- (C) invólucro / física;
- (D) sanduíches / tóxico;
- (E) telefônicos / claustrofóbicos.

10 – O texto lido apresenta um conjunto de posicionamentos; o item que mostra um posicionamento que NÃO corresponde a uma opinião do autor é:

- (A) a cultura do corpo é algo diferente da cultura da saúde;
- (B) o corpo humano deve ter alguém como recheio;
- (C) a cultura excessiva do corpo fecha o sujeito em si mesmo;
- (D) a dedicação exclusiva ao corpo é parte de um caldo cultural nocivo;
- (E) os corpos sarados escondem seus verdadeiros “proprietários”.

11 – O vocábulo do último parágrafo do texto que tem seu significado corretamente indicado é:

- (A) tóxico = depressivo;
- (B) claustrofóbico = psicopatológico;
- (C) insalubre = saudável;
- (D) sintomas = conseqüências;
- (E) drogadição = sedução.

12 – O texto deve ser predominantemente classificado como:

- (A) um alerta contra as drogas;
- (B) uma crítica à supervalorização da aparência;
- (C) um protesto contra exercícios físicos;
- (D) um elogio aos cuidados com a saúde;
- (E) uma informação sobre fatos desconhecidos e perigosos.

13 – Os argumentos apresentados pelo autor do texto são predominantemente:

- (A) depoimentos de autoridades no assunto tratado;
- (B) exemplos retirados de experiência profissional;
- (C) pesquisas realizadas na área do combate às drogas;
- (D) opiniões de caráter pessoal;
- (E) de base estatística.

14 – Nos itens abaixo há uma junção de substantivo + adjetivo; o item em que o adjetivo mostra uma opinião do autor do texto é:

- (A) invólucro muscular;
- (B) praia carioca;
- (C) pele fina;
- (D) loira siliconada;
- (E) sistema tóxico.

15 – “desenvolvem-se os sintomas sociais da drogadição”; a forma verbal desse segmento do texto pode ser substituída adequadamente por:

- (A) serão desenvolvidos;
- (B) sejam desenvolvidos;
- (C) são desenvolvidos;
- (D) eram desenvolvidos;
- (E) foram desenvolvidos.

LÍNGUA INGLESA

READ TEXT I AND ANSWER QUESTIONS 16 TO 20:

TEXT I

Africa's Oil

The world is looking to West Africa for its next big energy bet. But oil can be a curse as much as a blessing. This time, which will it be?

(TIME, June 11, 2007)

16 – This text is about oil that Africa may:

- (A) import;
- (B) burn;
- (C) have;
- (D) control;
- (E) donate.

17 – The final sentence introduces a:

- (A) certainty;
- (B) solution;
- (C) warning;
- (D) surprise;
- (E) doubt.

18 – **next** in “its next big energy bet” indicates:

- (A) space;
- (B) time;
- (C) size;
- (D) length;
- (E) weight.

19 – The underlined word in “oil can be a curse” implies:

- (A) permission;
- (B) prohibition;
- (C) consent;
- (D) certainty;
- (E) possibility.

20 – **as much as** in “a curse as much as a blessing” signals a:

- (A) contrast;
- (B) conclusion;
- (C) condition;
- (D) comparison;
- (E) consequence.

READ TEXT II AND ANSWER QUESTIONS 21 TO 30:

TEXT II

RECYCLE CITY: The Road to Curitiba
By ARTHUR LUBOW

On Saturday mornings, children gather to paint and draw in the main downtown shopping street of Curitiba, in southern Brazil. More than just a charming tradition, the child's play commemorates a key victory in a hard-fought, ongoing war.

5 Back in 1972, the new mayor of the city, an architect and urban planner named Jaime Lerner, ordered a lightning transformation of six blocks of the street into a pedestrian zone. The change was recommended in a master plan for the city that was approved six years earlier, but fierce objections
10 from the downtown merchants blocked its implementation. Lerner instructed his secretary of public works to institute the change quickly and asked how long it would take. "He said he needed four months," Lerner recalled recently. "I said, 'Forty-eight hours.' He said, 'You're crazy.' I said, 'Yes, I'm crazy, but do it in 48 hours.'"

(from [http:// www.nytimes.com](http://www.nytimes.com) on July 19th, 2007)

21 – The plan described was to create a:

- (A) parking lot;
- (B) traffic-free area;
- (C) shopping mall;
- (D) protected playground;
- (E) bus terminal.

22 – The text implies that the project, when started, was implemented:

- (A) rapidly;
- (B) slowly;
- (C) cautiously;
- (D) gradually;
- (E) carefully.

23 – The celebration mentioned occurs:

- (A) on weekends;
- (B) on Mondays;
- (C) in the afternoon;
- (D) once a month;
- (E) in 48 hours.

24 – The text refers to a project created:

- (A) one year before;
- (B) last weekend;
- (C) on a Thursday night;
- (D) years ago;
- (E) three days earlier.

25 – The city merchants were:

- (A) hostile;
- (B) supportive;
- (C) happy;
- (D) pleased;
- (E) indifferent.

26 – The war mentioned (l.4) was:

- (A) deadly;
- (B) short;
- (C) difficult;
- (D) glorious;
- (E) light.

27 – The underlined word in "children gather to paint and draw" (l.1) can be replaced by:

- (A) try;
- (B) prepare;
- (C) meet;
- (D) dress;
- (E) study.

28 – **main** in "the main downtown shopping street" (l.2) means:

- (A) messy;
- (B) narrow;
- (C) peripheral;
- (D) principal;
- (E) side.

29 – "a key victory" (l.4) means that the victory is:

- (A) irrelevant;
- (B) important;
- (C) irresponsible;
- (D) interesting;
- (E) illegal.

30 – When we say that a war is "ongoing" (l.4), we mean it is:

- (A) atypical;
- (B) unique;
- (C) intermittent;
- (D) conventional;
- (E) uninterrupted.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31- De acordo com a tradicional classificação das normas constitucionais, quanto a aptidão para produzir efeitos, são normas constitucionais de eficácia:

- (A) plena aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os efeitos essenciais; normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que permitem ao legislador infraconstitucional diminuir o seu alcance;
- (B) plena aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os efeitos essenciais, mas precisam ao longo de sua vigência regulação do legislador infraconstitucional; normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que definem programas de governo;
- (C) plena aquelas que instituem de forma plena princípios institutivos e programas de governo; normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que permitem ao legislador infraconstitucional diminuir o seu alcance;
- (D) programática aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os efeitos; normas de eficácia contida são aquelas que não possuem todos os elementos necessários para a produção de seus efeitos;
- (E) plena aquelas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem todos os efeitos esperados pelo constituinte; normas de eficácia contida são aquelas que só podem ter seus efeitos definidos através do controle concentrado de constitucionalidade; normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que garantem a ordem pública no estado democrático de direito.

32 - A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta da totalidade dos membros do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial. A situação acima descrita é denominada:

- (A) do devido processo legal;
- (B) do devido processo constitucional;
- (C) do devido processo legislativo;
- (D) cláusula de controle da constitucionalidade das leis e atos normativos;
- (E) cláusula da reserva de plenário.

33 - A Constituição deve ser entendida como lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação, à formação dos poderes, forma de governo e aquisição do poder de governar, distribuição de competência, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.

Quanto ao modo de elaboração, as constituições são classificadas em:

- (A) dogmáticas e históricas;
- (B) materiais e formais;
- (C) escritas e não-escritas;
- (D) promulgadas e outorgadas;
- (E) analíticas e sintéticas.

34 - Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas da União, analise as afirmativas a seguir:

- I. As multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União têm a eficácia de título executivo.
- II. O Tribunal de Contas pode revogar e anular atos administrativos praticados pela Administração Pública.
- III. Compete ao Tribunal de Contas analisar, para fins de registro, o ato de aposentadoria de servidor público federal.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, II e III;
- (E) nenhuma.

35 - NÃO indica um dos princípios previstos na Constituição e aplicados à Ordem Econômica:

- (A) livre concorrência;
- (B) direito de propriedade;
- (C) função social da propriedade;
- (D) tratamento diferenciado para empresas de pequeno porte e microempresas;
- (E) liberdade de intervenção do Estado nas atividades econômicas.

36 - A Emenda Constitucional nº 45 estabeleceu como órgão do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça. Em relação a esse órgão, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o CNJ pode regulamentar a Constituição da República quando a matéria disciplinada não estiver sujeita ao princípio da reserva legal;
- (B) o CNJ, como órgão do Poder Judiciário, tem função jurisdicional;
- (C) o mandato dos membros do Conselho Nacional de Justiça é de dois anos, permitindo-se uma recondução;
- (D) o CNJ será presidido por Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- (E) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá função de Ministro-Corregedor.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37 - A Lei nº 11.079 instituiu as parcerias público-privadas no Brasil. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na concessão administrativa, parte da remuneração do concessionário será paga pelo parceiro público e a outra parte pelo usuário do serviço.
- II. Não será admitida parceria público-privada em contratos com valor inferior a vinte milhões de reais.
- III. A lei federal não prevê a possibilidade de instituição de parceria público-privada no âmbito municipal.

É/São verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

38 - Sobre os bens públicos, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com a definição constante no atual Código Civil, os bens pertencentes às empresas públicas são considerados bens públicos;
- (B) classificando-se os bens públicos quanto a sua destinação, as repartições públicas são consideradas bens de uso comum do povo;
- (C) os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião;
- (D) somente em situações especiais e de acordo com as exigências contidas em lei, os bens públicos podem ser alienados;
- (E) a Administração Pública necessariamente deverá adotar procedimento licitatório para aquisição de bens imóveis.

39 - Sobre a modalidade licitatória denominada pregão, é correto afirmar que:

- (A) é modalidade licitatória usada na contratação de obras e serviços considerados comuns;
- (B) somente serão examinadas as propostas dos licitantes considerados habilitados;
- (C) caracteriza-se pela possibilidade de apresentação de propostas escritas e lances;
- (D) haverá abertura do prazo para recurso após cada fase que integra o procedimento;
- (E) é indispensável a presença física do licitante no pregão presencial.

40 - Na desapropriação, se for constatado que a Administração Pública deu ao bem desapropriado destino diferente do que foi mencionado no ato expropriatório, não compatível com o interesse público, haverá:

- (A) adestinação;
- (B) retrocessão;
- (C) reversão;
- (D) encampação;
- (E) trestinação.

41 - Sobre a responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Estado, em princípio, não responde por danos resultantes da sua atividade legislativa.
- II. A teoria do risco administrativo, prevista no art. 37§6º da Constituição, não se aplica às relações contratuais mantidas pela Administração Pública.
- III. A Administração Pública somente responderá por dano atribuído aos seus agentes administrativos.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, II e III;
- (E) nenhuma.

42 - Sobre o concurso público, analise as afirmativas a seguir:

- I. O prazo de validade somente poderá ser prorrogado se houver previsão no edital.
- II. Não se exige concurso público para seleção de empregados de sociedades de economia mista criadas para desempenhar atividade econômica.
- III. A Administração Pública pode contratar pessoas, de forma temporária, sem concurso público.

É/São verdadeira(s) somente a(s) afirmativa(s):

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) I e III.

DIREITO CIVIL

43 - Eduardo, na qualidade de comprador, celebrou contrato de compra e venda de um veículo automotor com Sérgio, pactuando a entrega do bem no prazo máximo de dez dias. Pode-se afirmar que Eduardo estará adquirindo a propriedade do bem a partir:

- (A) da entrega do veículo;
- (B) da formalização do contrato;
- (C) do acordo informal de vontades;
- (D) do registro do documento de transferência no órgão administrativo competente;
- (E) do término do prazo de dez dias convencionado.

44 - Sérgio adquiriu na loja "X" um aparelho de telefonia celular fabricado por "Y" e importado por "Z". Dez dias após o recebimento do bem, o aparelho apresentou defeitos de fábrica que inviabilizavam sua utilização. Nesse caso, a responsabilidade pelo vício do produto será:

- (A) apenas do fabricante "Y";
- (B) solidária do fabricante "Y" e do importador "Z";
- (C) solidária do fabricante "Y" e da loja "X";
- (D) apenas da loja "X";
- (E) solidária do fabricante "Y", do importador "Z" e da loja "X".

45 - Jorge adquiriu uma geladeira usada por meio de contrato de compra e venda celebrado com Patrícia. Embora em ótimas condições de uso, o refrigerador apresentou em quinze dias de uso um defeito no motor que o tornava impróprio para o uso a que se destinava. Após dois dias refletindo sobre a situação, Jorge decidiu pleitear de Patrícia um abatimento no preço pago pelo bem, argumentando tratar-se de vício redibitório. O prazo de que Jorge dispõe para esse fim:

- (A) somente começa a correr após um mês da tradição;
- (B) tem natureza decadencial;
- (C) tem natureza prescricional;
- (D) tem natureza mista, tanto prescricional quanto decadencial;
- (E) somente começa a correr no momento em que Jorge notificar Patrícia constituindo-a em mora.

46 - Determinado prédio que constitui bem público de uso especial é invadido por um grupo de manifestantes, os quais se mantêm instalados no local há quarenta e sete dias. Pode-se afirmar que os invasores são:

- (A) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
- (B) possuidores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de manutenção de posse;
- (C) possuidores do prédio e não mais podem ser retirados do local;
- (D) detentores do prédio e somente podem ser retirados por meio de ação de reintegração de posse;
- (E) detentores do prédio e podem ser retirados por determinação administrativa, independentemente de ação judicial.

47 - A simulação é causa de:

- (A) nulidade do negócio jurídico;
- (B) anulabilidade do negócio jurídico;
- (C) inexistência do negócio jurídico;
- (D) ineficácia do negócio jurídico;
- (E) ratificação de validade do negócio jurídico.

48 - A natureza da responsabilidade civil pelos danos causados em decorrência de atividade de risco normalmente desenvolvida pelo autor do fato lesivo é:

- (A) contratual;
- (B) pré-contratual;
- (C) extracontratual;
- (D) objetiva;
- (E) subjetiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49 - O juiz, entendendo que haveria falta de interesse de agir, julgou liminarmente inadmissível o pedido de liquidação da sentença formulado nos autos de uma ação de cobrança, cujo pedido foi julgado procedente, com sentença transitada em julgado. Da decisão que inadmitiu a liquidação de sentença cabe:

- (A) agravo retido, por ser esta a forma preferencial de impugnação de uma decisão interlocutória;
- (B) agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória mista;
- (C) apelação, porque é uma decisão final que encerra o procedimento sem resolução de mérito;
- (D) apelação, porque o julgamento pode abranger questões tratadas na sentença que julgou o pedido de cobrança;
- (E) embargos de declaração, porque é contraditório julgar inadmissível a liquidação de uma sentença transitada em julgado.

50 - João é o dono de um imóvel e está fazendo obras nele. Seu caseiro, Marcos, está sendo processado, como se dono fosse, pelo possuidor do imóvel vizinho, que alega estar sendo turbado na sua posse. Foi deferida, sem oitiva da parte contrária, liminar possessória, para determinar a cessação dos atos de turbação. Nesse caso, João deve:

- (A) ingressar nos autos, por meio de habilitação;
- (B) ingressar nos autos, por meio da assistência;
- (C) ingressar nos autos, por meio da nomeação à autoria;
- (D) ajuizar embargos de terceiro contra o ato do juiz que deferiu a liminar possessória;
- (E) impetrar mandado de segurança contra o ato do juiz que deferiu a liminar possessória.

51 - A ação rescisória:

- (A) não suspende a execução da sentença rescindenda;
- (B) suspende a execução da sentença rescindenda;
- (C) suspende a execução da sentença rescindenda com o depósito em caução de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa;
- (D) suspende a execução da sentença rescindenda após a citação válida de todos os réus;
- (E) suspende a execução da sentença rescindenda se assim determinado pelo relator.

52 - Quanto ao prazo para recorrer, é correto afirmar que:

- (A) não se interrompe, salvo se ocorrer uma catástrofe natural;
- (B) não é contado em dobro em favor dos litisconsortes com diferentes procuradores, se só um deles tiver sucumbido;
- (C) é contado em quádruplo para a Fazenda Pública e para o Ministério Público;
- (D) trata-se de prazo impróprio e fixado em lei;
- (E) se suspende por vontade das partes, desde que requerido dentro de seu interregno.

53 - Sobre Juizados Especiais Federais, é correto afirmar que:

- (A) sua competência, no foro onde está instalado, é relativa;
- (B) não cabe a realização da prova pericial, por tornar complexa a causa;
- (C) acima de vinte salários mínimos, exige-se o patrocínio de advogado para ajuizar a demanda;
- (D) as exceções de impedimento e suspeição têm que ser apresentadas na forma do CPC;
- (E) as partes podem transacionar, em qualquer valor, desde que sobre as matérias abrangidas pela sua competência.

DIREITO AMBIENTAL

54 - A Constituição Federal exige, expressamente, estudo prévio de impacto ambiental para:

- (A) criação de bens de uso comum do povo;
- (B) alienação de terreno de propriedade privada em área de proteção ambiental;
- (C) perícias em crimes ambientais praticados contra a fauna e flora que coloquem em risco sua função ecológica;
- (D) propositura de ação civil pública quando por associação constituída há menos de um ano;
- (E) instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

55 - No tocante aos crimes ambientais, é correto afirmar que:

- (A) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade;
- (B) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato;
- (C) a prestação de serviços à comunidade e o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente são circunstâncias que atenuam a pena;
- (D) o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada, impede que seja aplicada pena ao infrator;
- (E) as penas aplicáveis às pessoas jurídicas são de multa, restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade e de detenção, vedada a pena de reclusão.

56 - Com relação à ação civil pública proposta por danos causados ao meio ambiente, é INCORRETO afirmar que:

- (A) poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer;
- (B) os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações;
- (C) admite o Ministério Público como legitimado ativo;

- (D) a sentença poderá fixar pena privativa de liberdade;
- (E) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

57 - De acordo com as regras para equiparação salarial, previstas no artigo 461 da CLT, analise as afirmativas a seguir:

- I) É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que se relacione com situações pretéritas.
- II) Na equiparação salarial, a prescrição é total e alcança as diferenças não pleiteadas no biênio, se extinto o contrato de trabalho, ou no quinquênio, se na vigência do contrato de trabalho.
- III) O trabalhador readaptado em nova função, por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente de Previdência Social, não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.
- IV) A regra da equiparação salarial não prevalecerá quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, com previsão de promoções por merecimento e antiguidade, devidamente homologado no órgão competente.
- V) A equiparação salarial só é possível se o empregado e paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, sempre ocupando cargos com a mesma denominação.

Estão corretas somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) II e V;
- (C) III e V;
- (D) I, III e IV;
- (E) II, III e V.

58 - Em se tratando de alteração contratual, marque a alternativa correta:

- (A) nos contratos individuais de trabalho, só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado;
- (B) considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o empregado retorne ao cargo efetivo ao deixar o cargo de confiança;
- (C) ao empregador é permitido transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, por força do poder de direção da atividade econômica;
- (D) é ilícita a transferência quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado;
- (E) as despesas resultantes da transferência serão rateadas entre empregado e empregador.

59 - De acordo com os entendimentos consubstanciados nas Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, a interposição antecipada deste prejudica a dilação legal;
- (B) os juros de mora incidem sobre a importância da condenação em seu valor histórico, pois não pode o réu ser penalizado pela demora da prestação jurisdicional;
- (C) a Justiça do Trabalho é incompetente para declarar a abusividade, ou não, da greve;
- (D) é dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;
- (E) o prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer a audiência em prosseguimento para prolação da sentença conta-se da efetiva intimação.

60 - De acordo com o procedimento da cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública – Execução Fiscal, é correto afirmar que:

- (A) a Fazenda Pública está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos, podendo executar diretamente a parte sucumbente pelos valores que adiantou para o andamento do procedimento;
- (B) a citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se a Fazenda Pública não requerer outra forma;
- (C) é vedada a citação por edital;
- (D) a prescrição somente é interrompida com a efetiva citação do executado;
- (E) o executado ausente do País será citado por carta.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61 - Com a Constituição de 1988, estabeleceu-se que dois tributos devem ser criados ou aumentados necessariamente por intermédio de lei complementar. São eles:

- (A) empréstimos compulsórios e impostos da competência residual da União;
- (B) taxas e contribuições de melhoria;
- (C) contribuições de melhoria e impostos;
- (D) empréstimos compulsórios e taxas;
- (E) impostos e empréstimos compulsórios.

62 - Sobre o lançamento tributário, analise as afirmativas a seguir:

- I. De acordo com o Código Tributário Nacional, a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória.
- II. Como regra, o lançamento reporta-se à data de ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente revogada ou modificada.
- III. A Administração Pública, de forma discricionária, poderá promover alterações no lançamento.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, II e III;
- (E) nenhuma.

63 - Assinale a alternativa que NÃO indica uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- (A) o parcelamento;
- (B) a moratória;
- (C) o depósito de seu montante integral;
- (D) as reclamações e os recursos nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário;
- (E) o ajuizamento de mandado de segurança com pedido de liminar.

64 - Sobre o domicílio tributário, analise as afirmativas a seguir:

- I. A regra geral é no sentido de eleição do domicílio tributário pelo sujeito passivo.
- II. Se não houver opção pelo sujeito passivo, considera-se domicílio tributário da pessoa natural a sua residência habitual, ou, sendo esta desconhecida, o centro habitual de suas atividades.
- III. Se não houver opção pelo sujeito passivo, considera-se domicílio da pessoa jurídica de direito privado o de cada estabelecimento de acordo com a avaliação discricionária da Administração.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, II e III;
- (E) nenhuma.

DIREITO EMPRESARIAL

65 - A pessoa jurídica que controla uma sociedade anônima de economia mista:

- (A) nunca poderá responder pelos danos causados por atos praticados com abuso de poder;
- (B) tem os deveres e responsabilidades do acionista controlador, embora possa orientar as atividades da companhia de modo a atender ao interesse público que justificou a sua criação;
- (C) pode orientar a companhia para todos os fins, ainda que estranhos ao objeto social ou lesivos ao interesse nacional, ou em prejuízo da participação dos acionistas minoritários nos lucros ou no acervo da companhia;
- (D) não pratica abuso de poder quando elege administrador ou fiscal que sabe inapto, moral ou tecnicamente, para o cargo;
- (E) está autorizada por lei a aprovar as contas de administradores, ainda que irregulares.

66 - As sociedades anônimas podem constituir consórcios para executar determinados empreendimentos. Esses consórcios:

- (A) têm personalidade jurídica e as consorciadas se obrigam solidariamente;
- (B) impõem a extensão da falência de uma consorciada a todas as demais;
- (C) podem ser autorizados pelo Conselho de Administração, mesmo que não haja competência estabelecida para tal nos estatutos das sociedades consorciadas, por se tratar de estratégia de negócio;
- (D) serão constituídos mediante contrato aprovado pelos órgãos competentes das companhias consorciadas, conforme estabelecido nos seus estatutos, e arquivado na Junta Comercial do lugar de suas sedes;
- (E) não podem ser formados por sociedades que não tenham o mesmo controle, pois seria impossível a administração conjunta.

67 - Nos contratos celebrados entre empresas fornecedoras de energia elétrica e moradores de uma determinada cidade:

- (A) não poderá haver responsabilização da fornecedora por danos causados em razão de corte do fornecimento de energia efetivado por equívoco de seu preposto;
- (B) não se aplica o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90);
- (C) o inadimplemento de quaisquer das partes somente pode ser levado ao Judiciário depois de esgotados os recursos administrativos;
- (D) nunca poderá haver corte do fornecimento de energia;
- (E) o inadimplemento do consumidor pode ensejar a interrupção do fornecimento de energia, desde que haja comunicação prévia, por força do princípio da igualdade das partes.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

68 - De acordo com as normas constitucionais em vigor, o órgão competente para homologação da sentença estrangeira no Brasil é:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça;
- (C) Tribunal Federal de Recursos;
- (D) Tribunal Regional Federal;
- (E) Justiça Federal.

69 - No comércio internacional aponta-se a existência de um sistema normativo de caráter espontâneo, decorrente dos usos e costumes daqueles que o praticam. Trata-se do seguinte instituto:

- (A) *lex Rhodia*;
- (B) *lex mercatoria*;
- (C) convenções comerciais;
- (D) *lex fori*;
- (E) convenção mercantil.

70 - No Direito Internacional Privado, a busca pelo instrumento ou critério que vai orientar a aplicação do direito estrangeiro ou do direito nacional é feita através de diretrizes denominadas pela doutrina:

- (A) *lex fori*;
- (B) elementos formais;
- (C) elementos de conexão;
- (D) regime conflitual;
- (E) conflito negativo.

PROVA DISCURSIVA

Questão 1

As empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração Indireta, sendo, portanto, entidades vinculadas ao Estado. Sobre a matéria, responda de forma fundamentada às seguintes indagações:

- 1. As empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas a tratamento jurídico diferenciado na realização de suas licitações?**
- 2. Pode ser decretada sua falência?**
- 3. Existe subordinação hierárquica entre as empresas públicas e sociedades de economia mista em relação ao ente estatal a que se vinculam?**

Máximo para resposta: 20 linhas.

Questão 2

O mandado de segurança é uma das garantias previstas na Constituição e serve para viabilizar a proteção de direito líquido e certo violado ou ameaçado por ato de autoridade. Sobre o tema, responda às seguintes indagações de forma fundamentada:

- a) É possível a impetração de mandado de segurança para controle da decisão que indeferiu pedido de liminar em processo de mandado de segurança?**
- b) É possível a impetração de mandado de segurança para controle de ato administrativo disciplinar?**
- c) O que se entende por direito líquido e certo para efeito de impetração do mandado de segurança?**

Máximo para resposta: 20 linhas.

Questão 3

Por força de um problema de fabricação no sistema de suspensão de um veículo automotor, o motorista perdeu o controle do carro, ocasionando um atropelamento de duas pessoas que caminhavam pela calçada da rua. Podem as vítimas pleitear indenização diretamente do fabricante do veículo? **Explique apresentando a devida fundamentação legal.**

Máximo para resposta: 20 linhas.



Núcleo de Computação Eletrônica
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prédio do CCMN - Bloco C
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ
Central de Atendimento - (21) 2598-3333
Internet: <http://www.nce.ufrj.br>